

Os impactos da globalização sobre o meio ambiente: uma introdução à análise da Comunicação Social

Heloiza Beatriz Cruz dos Reis

Relações Públicas e bolsista Proatec/SR2 da Rede UERJ de Meio Ambiente e Site Meio Ambiente UERJ.

Resumo

Este trabalho se propõe a discutir a questão ambiental no âmbito dos impactos da globalização sobre o meio ambiente e evoluindo para a percepção da sociedade de que a proteção ambiental poderia ser um meio para uma melhor qualidade de vida. Como toda realidade de uma sociedade é baseada nas mudanças que ela sofre, o profissional de Comunicação Social desempenha um papel fundamental de informar e ampliar uma consciência ambiental, pois o verdadeiro inimigo do meio ambiente é a desinformação reforçada pela contingência de estarmos cada vez mais afastados do meio natural.

Palavras-chave: comunicação; globalização; meio ambiente; consciência ambiental.

Abstract

This work aims to discuss the environmental question in the scope of the impacts of the globalization on the environment and the importance of the perception of the environmental protection as a mean for better quality of life. As all societies are based on the changes which occur in themselves, communication professionals play an important role to inform and to extend an environmental conscience, therefore the true enemy of the environment is the lack of information strengthened for the contingency of being more and more moved away from the natural environment.

Keywords: communication; globalization; environment; environmental conscience.

INTRODUÇÃO

Há cerca de dois ou três milhões de anos, o Homem está sobre a Terra vivendo em equilíbrio com as outras formas de vida. Com o advento da Revolução Industrial no século XVIII, a ação maléfica sobre o meio ambiente global tornou-se mais significativa e, apenas, nos últimos 40 anos, esse impacto se tornou, de fato, grave ao planeta. No final da década de 60 e início dos anos 70, peritos em desenvolvimento e meio ambiente (“Conservation of natural resources”, 1998) alertaram para a necessidade de mudanças nas relações físicas, econômicas e sociais, sem as quais a sociedade caminharia para o colapso. A preservação do meio ambiente tem se constituído no mais importante desafio imposto à humanidade, no mundo contemporâneo (MMA, 1998). A questão ecológica tomou forma e volume e entrou na ordem do discurso sócio-cultural a partir de uma recente tomada de consciência sobre a íntima relação entre vida e ações humanas. As agressões ao meio ambiente poderão provocar danos irreparáveis, o que já estamos sentindo no século que está iniciando. O esgotamento de recursos naturais, dentre eles as fontes energéticas, colocam em risco a sobrevivência da humanidade.

182

Demonstrou-se a preocupação em integrar a proteção ambiental com o processo de desenvolvimento econômico para o alcance do desenvolvimento sustentável (Caporali Cordeiro, 1995). Surgia, então, o conceito de Desenvolvimento Sustentável – crescimento com melhor distribuição de seus benefícios, racionalização do uso de energia e o atendimento das necessidades básicas das populações, a estabilização dos níveis demográficos e a conservação da base de recursos, a adoção de tecnologias limpas (que causam menores impactos ambientais) e a incorporação de critérios ambientais nas decisões econômicas. Os consumidores, principalmente no “Primeiro Mundo”, passaram a dar preferência a produtos e serviços ambientalmente saudáveis atestados por um selo verde. Os investidores e financiadores passaram a exigir relatórios ambientais das empresas que recebiam seus recursos, pois não queriam ter seus nomes ligados a empresas que agrediam ou poderiam vir a agredir o meio ambiente. A presença de ambientalistas na política, extremamente preparados e pragmáticos, passou a exercer grande influência na formulação e na execução de leis de vários países, principalmente nos industrializados. A sua presença ativa tem tornado bem mais difícil à posição de organizações ou setores denunciados. São problemas reais, difíceis e que só podem ser contornados se houver conscientização e mobilização de todos os atores sociais.

UM BREVE HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

Com a ação do movimento ambientalista nos anos 60 e 70, a questão ambiental ganhou relevo na pauta da discussão sobre escassez de energia e de recursos naturais e adquiriu grande visibilidade através dos meios de comunicação de massa, atingindo o grande público e os meios oficiais e ocupando

espaços privilegiados, principalmente, nas instituições internacionais. Assim, existem hoje, em todos os níveis da sociedade e em praticamente todas as nações, uma crescente conscientização e uma preocupação com os problemas ambientais.

Surgiram organizações não-governamentais de caráter global – WWF (Suíça – 1961), Greenpeace (Canadá – 1971), entre outras – capazes de influenciar fortemente o mercado, mobilizando a opinião pública na defesa de causas ambientais. Apesar da evolução da questão ambiental, a escala, a frequência e o impacto de desastres causados ou influenciados pela atividade humana no meio ambiente cresceram.

Os eventos que marcaram foram o vazamento de gás venenoso na Índia (acidente na cidade de Bophal – Union Carbide - 1984), a explosão da usina nuclear de Chernobyl, Ucrânia, na época, década de 80, União Soviética (1986) e o derramamento de óleo na costa do Alasca (Exxon Valdez - 1989). A quantidade de impactos humanos no meio ambiente foi se acumulando e tornou-se claramente visível, recebendo grande cobertura da mídia. A mensagem assumiu várias formas, incluindo ondas de calor, seca, perdas nas colheitas, fogo em florestas, enchentes e furacões violentos, oceanos e praias poluídas e destruição da camada de ozônio.

Paris sediou, em 1968, a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera, conhecida como Conferência da Biosfera, organizada pela UNESCO – mais direcionada para aspectos científicos da conservação da biosfera e pesquisas em Ecologia.

O ano de 1972 é considerado um marco importante na discussão ambiental. Na Nova Zelândia foi criado o primeiro partido verde e em Estocolmo foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Ali, pela primeira vez, foram discutidos problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente global em uma instância intergovernamental. A partir das discussões desta Conferência, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

As nações do mundo foram convocadas, em 1992, para a Conferência Mundial das Nações Unidas e Desenvolvimento – Conferência da Cúpula da Terra (Earth Summit), organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e sediada na cidade do Rio de Janeiro. Ficou estabelecido na Rio-92 uma nova e justa parceria global entre os Estados, os setores-chave da sociedade e os indivíduos, respeitando os interesses de todos e protegendo a integridade do sistema global do meio ambiente e do desenvolvimento, reconhecendo a natureza interdependente e integral do planeta.

A redução da poluição do ar também em pauta pela ONU, desde 1992, no entanto, só veio à tona como uma saída viável, em 1997, durante a Convenção de Quioto, realizada em Tóquio. Foi nesta ocasião que se propôs o

financiamento de mecanismos de controle da poluição do ar, incluindo ações de preservação e reflorestamento. Conforme a proposta, estabelecida no Protocolo de Quioto, os países que ultrapassarem a cota global de emissão de gases permitida deverão pagar às nações menos poluidoras, por meio de mecanismos de compensação, pela incorporação desses gases nocivos. Uma das formas de incorporação é por meio do seqüestro de carbono, pelo qual as árvores captam CO₂ da atmosfera pelo processo natural da fotossíntese. Ainda em 1997, foi realizado, no Rio de Janeiro, o evento Rio+5, no qual foram discutidas as ações adotadas e as propostas tiradas na Rio-92 ainda não implantadas. E no ano de 2002, a ONU realizou a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, quando se reuniram em Johannesburgo, na África do Sul, representantes de diferentes países, buscando avançar nas discussões iniciadas há dez anos e traçar as diretrizes do desenvolvimento sustentável. Este encontro, conhecido como Cúpula da Terra ou Rio+10 tem sido apontado como um retrocesso quando comparado aos anteriores, uma vez que não houve avanços significativos em relação às propostas da Rio-92 nem, tampouco, houve empenho dos países desenvolvidos, especialmente das grandes potências, como os Estados Unidos, em assumir responsabilidades pelos danos ambientais e em firmar compromissos efetivos em relação aos países em desenvolvimento.

184

Neste início de século, embora a maior parte do discurso pareça ser mera retórica, os cidadãos e líderes de muitos países começaram a entender melhor as conseqüências do impacto humano sobre o meio ambiente – e sua forte ameaça à segurança, à produtividade econômica, à saúde e à qualidade de vida, tanto para a atual como para as gerações futuras e a entender a necessidade de uma ação corretiva e ativa urgente. Gradualmente, começamos a perceber a importância de novos conceitos e desafios, bem como a promessa de novas oportunidades. No Brasil, seguindo a tendência mundial, a questão ambiental entrou na lista de preocupações dos cidadãos, com interesse pelos recursos naturais esgotáveis, a questão do lixo, desperdício de água, educação ambiental etc.

O processo de conscientização ecológica, acelerado a partir da Conferência Rio-92, trouxe às empresas brasileiras, por exemplo, uma série de vantagens: redução de custos, em função da melhor utilização de recursos naturais e matérias primas, diminuição de gastos com pagamentos de multas e indenizações por desrespeito à legislação sobre meio ambiente, facilidade para obtenção de crédito junto a organismos nacionais e internacionais e possibilidades de expansão dos negócios com o atendimento às exigências dos consumidores. A abertura da economia atraiu para o Brasil grandes empresas multinacionais, que trouxeram de suas matrizes a cultura da preservação do meio ambiente, que vem sendo rapidamente assimilada pelas organizações e pelos consumidores locais. Isso significa que nos primeiros anos do novo século a gestão ambiental terá papel importante no desenvolvimento do país. A noção da responsabilidade social que as organizações, não só de natureza empresarial, possuem, começou a ser introduzida no começo do século XX. Porém, a partir

da década de 60, e com maior atenção nestes últimos anos, é que a responsabilidade social tem sido reivindicada e mais exercida.

GLOBALIZAÇÃO, DEMOCRACIA E MEIO AMBIENTE

A questão ambiental também vem assumindo novos contornos com o processo de globalização econômica. Constata-se um duplo movimento: por um lado, a dissolução das fronteiras políticas ao desenvolvimento do capitalismo (mercado global e desregulamentado) e, por outro, a emergência de “novas” fronteiras ecológicas e ambientais que não podem ser desconsideradas em longo prazo, por este modo de produção. Esta situação lança desafios à questão democrática, particularmente no caso brasileiro, país profundamente marcado por uma cultura política autoritária, que impediu a sedimentação de uma experiência democrática e o exercício da cidadania de forma plena (Acselrad, 1999; Acselrad e Leroy, 1999; Novicki, 1998): como se dará a participação da sociedade, a representação de interesses e, particularmente, a governabilidade do espaço ambiental, dadas as limitações impostas por processos econômicos sem fronteiras? (Altvater, 1999).

Os processos de globalização e os problemas sócio-ambientais não respeitam os limites territoriais, as fronteiras nacionais. Desta forma, os Estados-nação e os agentes políticos no espaço ambiental (movimentos ambientalistas) enfrentam outras fronteiras, que não as nacionais, para solucionar as questões ambientais. O problema, segundo Altvater (1999), consiste no conflito entre a desregulamentação econômica levada a cabo pela globalização neoliberal e a necessidade de regulamentar a relação da sociedade com a natureza. A resolução deste problema, que está intimamente relacionado à possibilidade de um Desenvolvimento Sustentável em nível planetário, é agravada face à desigual correlação de forças econômicas e políticas que regulam o acesso de classes e países à base material do desenvolvimento (recursos naturais):

O princípio da desigualdade não é uma premissa para o desenvolvimento de instituições democráticas. Nenhum procedimento democrático formal é capaz de ter um efeito compensatório suficiente num mundo substancialmente desigual, onde 20% da humanidade têm acesso a 80% dos recursos e 80% da humanidade podem usar apenas 20% para si. A liberdade de decidir o futuro está aberta apenas para aqueles que controlam as alternativas e não são obrigados a aceitar imposições. Portanto, é difícil estabelecer estruturas globais de governança. Uma das conseqüências disso é que a sustentabilidade ecológica ou não é possível ou se torna possível apenas sob condições de extrema desigualdade global (Altvater, 1999: 128/9).

Neste contexto, Löwy (2000) - defensor do ecossocialismo, da união entre socialistas/vermelhos e ambientalistas/verdes - também entende que o modo de produção e de consumo dos países capitalistas avançados (lógica de acumulação ilimitada, desperdício dos recursos, consumo ostensivo, destruição do meio ambiente) não pode ser estendido ao conjunto do planeta, sob

o risco de uma grave crise ecológica. Em síntese, a “democracia ambiental”, entendida como o direito de todos consumirem e poluírem igualmente os recursos naturais, não é possível:

Segundo cálculos recentes, se fosse generalizado ao conjunto da população mundial o consumo médio de energia dos EUA, as reservas conhecidas de petróleo ficariam esgotadas em dezenove dias. Portanto, esse sistema é necessariamente fundado na manutenção e agravamento da desigualdade gritante entre o Norte e o Sul. Por outro lado, a globalização neoliberal conduz a uma intensificação crescente dos problemas ecológicos da Ásia, África e América Latina, em consequência de uma política deliberada de ‘exportação da poluição’ pelos países imperialistas. Aliás, essa política tem uma ‘legitimação’ econômica imbatível - do ponto de vista da economia capitalista de mercado - recentemente formulada por um eminente especialista do Banco Mundial, Lawrence Summers: os pobres custam menos! Para citar seus próprios termos: ‘a medida dos custos da poluição prejudicial à saúde depende dos rendimentos perdidos por causa da morbidez e mortalidade acentuadas. Deste ponto de vista, determinada quantidade de poluição prejudicial à saúde deveria ser realizada no país com custos mais baixos, isto é, no país com os salários mais baixos’ (Löwy, 2000: 102/3).

No fundamentalismo neoliberal, as inovações tecnológicas devem garantir um melhor aproveitamento dos recursos naturais e diminuir os efeitos nocivos das atividades produtivas, e o problema da poluição é entendido como decorrência de uma falha dos mecanismos de ajuste do mercado, ou seja, da não-internalização da poluição (“externalidade negativa”), como um custo de produção. Entretanto, segundo Altvater (1999) o mecanismo de mercado não é capaz de identificar custos e benefícios da produção industrial e encontrar respostas aos desafios ligados à degradação ecológica, particularmente se considerarmos a desigual distribuição de renda inter e intrapaíses:

Se tomarmos as rendas baixas do Terceiro Mundo para calcular as taxas de desconto dos custos ambientais no futuro, isso poderia resultar na idéia de que é racional transferir indústrias poluidoras e lixo para esses países de rendas mais baixas. Poderia ser possível concluir que rendas per capita baixas são um indicador de ‘subpoluição’ para países. Portanto, faria sentido os ‘países subpoluídos’ aceitarem a poluição em troca de compensação monetária... Na medida em que a indenização por desastres ambientais depende dos níveis de renda, os riscos são ‘mais baratos’ em termos monetários e ‘menos perigosos’ em países pobres que em países ricos. Essa abordagem tem implicações óbvias sobre os direitos humanos. As pessoas não são vistas como iguais no mundo. O ‘estoque’ de direitos humanos de indivíduos e povos depende do seu ‘valor’, calculado segundo o nível de renda per capita. Logo o subdesenvolvimento econômico carrega, como subproduto, a consequência de que um povo que vive nessas condições tem menos direito de usar o meio ambiente global do que os povos dos países ricos. O espaço ambiental ou a capacidade de renovação do planeta Terra são distribuídos entre homes e mulheres de uma forma injusta. A ‘bagagem ecológica’ dos povos economicamente mais ricos é muito maior do que a dos povos economicamente pobres (Altvater (1999: 133).

Considerando-se o grave quadro aqui brevemente traçado, cabe indagar: a democracia ecológica e ambiental é possível? Elmar Altvater e Emílio Gómez

respondem a esta questão de maneira otimista, apontando para o papel da sociedade civil neste processo.

Segundo Gómez (2000) as questões relacionadas aos direitos humanos, democracia e meio ambiente só poderão ser resolvidas mediante a intervenção de instâncias de responsabilidade e de regulação global. Em oposição à desregulamentação promovida pela globalização “de cima para baixo”, o autor entende que devem ser intensificadas as experiências de cooperação internacional, já desenvolvidas por organizações intergovernamentais, ONGs transnacionais, redes de associações, que deram uma nova significação à noção de comunidade global:

somente uma política de mundialização ‘por baixo’ - orientada por um novo internacionalismo de solidariedade e de cidadania ampliada, para além das fronteiras nacionais - pode aglutinar forças e pressionar governos na luta pela realização dos conteúdos normativos universalistas já consagrados e pelas reformas ou pela implantação de instituições indispensáveis de governança regional e global, no sentido dum relacionamento mais democrático e responsável entre os estados e de maior integração dos cidadãos individuais e de associações cívicas (Gómez, 2000: 173).

187

Altvater (1999) entende que da mesma forma que ocorre a desterritorialização da política, verifica-se a “transnacionalização da democracia” com a globalização neoliberal, ou seja, o lugar da democracia não se restringe ao território do Estado-nação:

Essa falta de territorialidade, no entanto, vem acompanhada de novas redes de comunicação, que não são só de natureza virtual como a Internet; as deliberações democráticas descobrem novos lugares, que levam em conta as conseqüências de novos limites dos novos espaços funcionais. Sempre houve grupos lutando contra a destruição do ‘seu’ meio ambiente, freqüentemente de forma ágil. Com o predomínio completo do capital nas sociedades modernas e a correspondente devastação ambiental, o protesto outrora localmente limitado, temporário e singular se expandiu, tornando-se uma característica onipresente e permanente das sociedades modernas. Os antigos grupos de interesse locais e temporários, vinculados a uma única questão, transformam-se em movimento sociais permanentes e, então, também em partidos, de um lado, e organizações não-governamentais (ONGs), de outro... Elas representam certos interesses sociais, especialmente o de conservação da natureza, de forma muito mais direta e flexível que os partidos. Tornam-se agentes importantes de política ambiental (Altvater, 1999: 135/6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO À REALIDADE LOCAL E AO MEIO AMBIENTE

Para pontuar questões sobre o homem e o meio ambiente nos tempos presentes tomo por base idéias que tratam de novos condicionamentos sócio-econômicos, políticos e culturais da globalização e do neoliberalismo referidos, principalmente, ao espaço local e global:

Assistimos nos últimos vinte anos ao reaparecimento, nos países do Terceiro Mundo, dos piores flagelos da desnutrição, da fome mesmo, de doenças, inclusive de pandemias e na OCDE o crescimento do número dos desempregados, dos precarizados, dos sem-teto, dos sem-direitos, esses flagelos não são ‘naturais’. Eles se abatem sobre populações que são marginalizadas e excluídas do círculo da satisfação das necessidades elementares, portanto da base da civilização, pela sua incapacidade de transformar (Chesnais, 1998:53).

A ocorrência de longos períodos de crises nos quais o extermínio de populações em diferentes pontos do planeta já não é apenas produto de calamidades decorrentes de guerras, de secas, inundações e de outros fenômenos que podem vir a ser superados por mecanismos capazes de reverter situações cíclicas.

Atualmente, a exclusão que emerge de flagelo(s) estagnado(s) em alguns pontos do planeta, especialmente nos países em desenvolvimento, é decorrente de crises que solapam o direito de viver do homem e que, por sua vez, produzem calamidades sucessivas que recobrem amplos espaços do mundo, transformando-se em desastres permanentes, cujas causas nem sempre são claras, para as populações atingidas (suas vítimas); como também, não são claros os fatores presentes à produção desses fenômenos.

188

Estamos diante de fenômenos que exigem da atual geração construir estratégias que possam reverter às formas de destruição da natureza e, especialmente, ultrapassem os atuais condicionantes que provocam o extermínio do homem.

Somos advertidos de que a era da globalização mais do que qualquer outra, antes dela, exige “uma interpretação sistêmica cuidadosa, que venha a possibilitar que cada coisa seja redefinida em relação ao todo planetário, ao mundo como realidade histórica” (Santos, 2000:10). Um dado importante de nossa época é a coincidência entre produção dessa história universal e a relativa liberação do homem em relação à natureza.

Santos nos chama atenção de que “na era da ecologia triunfante, é o homem quem fabrica a natureza. Basta que se completem as duas mutações ora em gestação: a ‘mutação tecnológica e a mutação filosófica’ da espécie humana” (Santos, op.cit:10).

O próprio mundo, diz Santos, se instala nas grandes cidades pela presença de uma humanidade misturada, vinda de vários pontos, indicando interpretações diversas que se chocam e contribuem na produção renovada de “formas de entendimento e da crítica de existência”.(p.10)

O tempo empírico é marcado pelo surgimento de novas ações, idéias em áreas política, econômica, cultural e – novas relações. Contudo, a globalização, diz Santos, não é irreversível. Segundo este cientista uma “história universal verdadeiramente humana está para acontecer ou está acontecendo” (Santos, op.cit:10).

O conjunto dessas idéias, porém, quando levadas a análises sugere constatações trágicas para a humanidade, pois:

o neoliberalismo, ao dismantelar o sistema produtivo e uma economia com ênfase no mercado interno, destruiu as formas de organização, luta e participação política dos trabalhadores e, ao privatizar os direitos sociais, sob a forma de serviços prestados por terceiros ou pela iniciativa privada, despolitizou a sociedade civil e deslocou para a mendicância e a delinquência milhões de pessoas que, outrora, seriam ativistas de movimentos sindicais, sociais e populares, lutando e conquistando direitos econômicos, sociais, políticos e culturais, pensaria, então, que a fome de uns e o medo de outros, o crime organizado, de um lado, e a desmontagem do Estado de outro, tecem a violência, a insegurança e o horror contemporâneos (Chauí, 2000:19).

Pode-se afirmar, a partir de Boff (1999:3055), que o capitalismo e a ecologia se negam frontalmente. Essa dificuldade é a causa primeira que denuncia o exercício das práticas ecológicas, ambientais e sociais, na maioria dos países do mundo. Apontam, portanto, para os nós que devam ser desatados: o nó da exaustão dos recursos naturais. O nó da injustiça social mundial. Para este autor, ou mudamos ou nos destruimos.

É sabido que na era da globalização os maiores beneficiários, que por fim se tornam detentores das melhores fatias do território, utilizando-se de formas especulativas, as mais diversas, são as grandes corporações, os bancos, enfim os detentores de negócios capazes de instalarem setores produtivos em locais onde passarão a exercer o controle sobre salários, juros, padrões de qualidade de vida, até mesmo sindicatos e legislação trabalhista em permuta de “apoio social” e manobras especulativas. Assim, o chamado mercado global se impõe como razão principal da constituição desses espaços da fluidez e, logo, da sua utilização, impondo, por meio de tais lugares, um funcionamento que reproduz as suas próprias bases (Gray, 1999).

Dentro da lógica capitalista as empresas utilizam o território, não em função das necessidades humanas, mas sim tendo como objetivo principal seus interesses e lucros. Assim, não há respeito pelo contexto econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico, como afirma Santos:

“tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoquem, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social”(Santos, 2000:85).

Neste quadro de extrema exclusão - cujas manobras especulativas estão a cargo de grandes corporações responsáveis por práticas conservadoras que enfraquecem os sindicatos e, ademais, são impunes ao descumprimento de leis trabalhistas, garantias de remuneração e todas as obrigações sociais -, os grupos de pressão, depauperados e desativados, dismantelam suas estruturas e são a cada dia mais impotentes.

Canclini (1997), estudando questões do local, aponta para mudanças que afetam de forma generalizada o cenário sócio-cultural do mundo, aplicando tais considerações às realidades como a nossa. A transformação local é assim estudada como um dos fenômenos da globalização em curso, prenunciando-se como foco de tensões, de contradições e de exclusão.

Como as populações poderão crescer continuamente se temos espaço e recursos finitos? E como tanta destruição pode gerar um futuro melhor? Paradoxalmente, a resposta está no avanço tecnológico, na aceleração tecnológica do século XX que permitiu um quase inacreditável trânsito de informações cuja velocidade, se ainda não alcançou o limite do possível, nos proporciona uma visão panorâmica e imediata do mundo que habitamos, e um acúmulo de informações e conhecimentos que chega à beira da saturação. É, portanto, dessa relação entre homem, natureza e trânsito de informações que estamos tratando.

Na verdade, ainda não se formou no Brasil e nem no mundo, uma real consciência a respeito da problemática ambiental, tanto em nível individual como coletivo. Ainda não aprendemos o significado profundo de conceitos como responsabilidade e cidadania. Costumamos dizer que são os governos que não cuidam do meio ambiente; culpamos também as indústrias pela poluição, a urbanização desordenada pela perda da qualidade de vida dos cidadãos - e temos razão. Mas apenas parte da razão. As praias são sujas porque nós jogamos lixo ali. Os rios são poluídos porque despejamos lá os nossos esgotos e dejetos industriais. O ar é poluído porque nossos veículos e nossas indústrias, cujos produtos consumimos com satisfação, o poluem. Tendemos a achar que nossas atitudes são inócuas frente à atitude dos outros. Que são as instituições que não cumprem o seu papel de impedir a destruição ambiental; que não fiscalizam e não corrigem o que está errado; que é o comodismo e a ganância dos “outros” que comprometem o ambiente saudável. Tendemos, portanto, a institucionalizar a “culpa” pela degradação ambiental nos esquecendo que instituições são constituídas por pessoas e que somos nós, cidadãos, que as compomos. Instituições não são entidades abstratas, mas agrupamentos de pessoas voltadas para desempenhar uma determinada tarefa na sociedade. São um reflexo das sociedades que as constituem. Ética será a instituição formada por pessoas éticas; ética será a sociedade formada por cidadãos éticos. E a ética, como conjunto de valores que é, fundamenta-se na consciência das sociedades, das civilizações, o que implica numa reflexão individual. Numa sociedade democrática, são as pessoas, o povo, que moldam seus governos, e não o contrário. Mas, para que isso ocorra, é preciso que estejamos conscientes, que é mais do que estarmos informados, embora a informação seja pré-suposto para o processo de conscientização. Enquanto não assumirmos de verdade o nosso papel de cidadãos, nada vai mudar.

O grande desafio está, então, considerando-se o contexto paradigmático das sociedades utilitaristas contemporâneas, em fazer as pessoas compreenderem que proteger o meio ambiente traz benefícios diretos e imediatos à qualidade de vida delas mesmas - que é útil. Assim, quanto mais informação circular a respeito da importância da preservação ambiental, mais cumplicidade com a natureza se criará nas sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. & LEROY, J. Novas premissas da sustentabilidade democrática. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 1999.
- ACSELRAD, H. (Org.). A construção da sustentabilidade - uma perspectiva democrática sobre o debate. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 1999.
- ACSELRAD, H. (Org.). Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.
- ACSELRAD, H. (Org.). Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (Org.). A duração das cidades : sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 27-55, 2001.
- ACSELRAD, H. (Org.). Sustentabilidade e Democracia. In: Proposta. Rio de Janeiro: Fase, dez/fev. 1997.
- ALTVATER, E. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. in: HELLER, A. et. al. (Org.) A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, pp. 109-153.
- ALTVATER, Elmar. Tradução de Wolfgang Léo Maar. O preço da riqueza – Pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial. São Paulo. Editora a Universidade Estadual Paulista. 1995. 333p.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, pp. 9-34.
- BOFF, Leonardo. O Ecocídio e o Biocídio. In: Sader, Emir (organizador). 7 PECADOS DO CAPITAL. Rio de Janeiro, Record, 1999. p. 32 a 55.
- CANCLINI, N. G. Cultura Híbridicas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- CAPORALI CORDEIRO, Renato. Da Riqueza das Nações à Ciência das Riquezas. São Paulo: Loyola, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. Quem Semeia Ventos colhe Tempestades. In Folha de São Paulo. MAIS. São Paulo, p.19, 05/03/2000.
- CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo, Scrita, 1996.
- CHESNAIS, François. Crise do Capitalismo – Entrevista. São Paulo, CUT, Março de 1998.
- CHESNAIS, François - As Fisionomias das Crises no Regime de Acumulação sob Dominância Financeira. In: Novos Estudos. São Paulo.